

Livro nº. 8

Folha 31



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2017/2021

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 19 de junho de 2020**

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 19 de junho de 2020

----- Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e quarenta cinco minutos, no Auditório Professor Doutor Emídio Ribeiro da vila do Gerês realizou-se a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----**
- 2. Análise e conhecimento da Declaração de Compromissos Plurianuais, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;-----**
- 3. Análise e conhecimento da Declaração de Pagamentos em Atraso, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;-----**
- 4. Análise e conhecimento da Declaração de Recebimentos em Atraso, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;-----**
- 5. Análise e conhecimento do Relatório Semestral da Sociedade de Revisores de Contas do Município;-----**
- 6. Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição – dois mil e dezanove;-----**
- 7. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezanove;-----**
- 8. Análise e conhecimento da Certificação Legal das Contas bem como do Relatório e Parecer do Auditor Externo – exercício de dois mil e dezanove;-----**
- 9. Análise e votação da Segunda Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte;-----**
- 10. Análise e votação da autorização de contratação de empréstimos ao abrigo da Linha BEI PT Autarquias dois mil e vinte.-----**

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro

secretário e o senhor Nuno Roupar, o lugar de segundo secretário.-----

----- Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tíbo e a vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo. -----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado as faltas justificadas da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e do senhor deputado Guilherme Alves, sendo que, a senhora deputada foi substituída nos termos da Lei pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves e o senhor António Lages foi o deputado substituto do senhor Guilherme Alves. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende faltou justificadamente, sendo substituído pelo senhor Secretário da Junta de Freguesia respectiva, senhor Bernardino Silva. Assinale-se, igualmente, a falta justificada do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta que foi substituído pelo senhor Bruno Freitas, Tesoureiro desta junta de freguesia.-----

----- Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta assembleia, começando por referir as faltas justificadas dos senhores deputados suprarreferidos e colocado a mesma documentação à disposição para eventual consulta.-----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, cuja leitura foi dispensada por unanimidade e que mereceu a intervenção dos senhores deputados Filipe Pires e Alexandre Pereira.-----

----- Assim sendo, o senhor deputado Filipe Pires solicitou a alteração do documento da sessão anterior porque continha uma imprecisão na sua intervenção da página dezassete, segundo parágrafo. Assim, o senhor deputado solicitou a retirada da última frase do mesmo parágrafo por não ter proferido tal afirmação, mas sim que “ toda a gente deveria ter acesso à informação sobre a disponibilidade dos cabazes”, finalizou o senhor deputado e conseqüentemente a alteração será efetuada no documento.-----

----- Ainda sobre este assunto, o senhor deputado Alexandre Pereira usou também da palavra para se referir à sua intervenção da sessão anterior. Assim sendo, na página dez, sétimo parágrafo, onde existe a menção às comemorações do “ 25 de abril” falta acrescentar, na parte inicial da intervenção e depois de “...elaborada e enviada por não concordar com os argumentos apresentados pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à forma escolhida para celebrar este ano o “25 de abril”, à semelhança do que fez o deputado CDS na Assembleia da República”. (fim da alteração que, entretanto foi introduzida na ata da

sessão de vinte e nove de maio.) A ata da sessão de vinte e nove de maio foi, após as alterações solicitadas, apresentada à votação e aprovada por unanimidade. -----

---- Ainda antes do período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para prestar um esclarecimento sobre o Regimento da Assembleia Municipal relativamente às intervenções e de como existe uma hora para dividir pelas intervenções requeridas. -----

---- Iniciado logo depois o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: Isménia Loureiro, Alexandre Pereira, Filipe Mota Pires e Ricardo Gonçalves.-----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu então a palavra à senhora deputada Isménia Loureiro segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

---- *Cumprimento o Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Ex.mº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem como os Membros do gabinete de apoio à Presidência, as senhoras e os senhores deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Municípes presentes.*-----

---- *Na qualidade de líder parlamentar do PSD e em representação de toda a bancada quero aqui deixar uma palavra de incentivo e reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Dr. Augusto Braga, enquanto Presidente desta Assembleia. Não podíamos deixar passar em branco os momentos mais tensos verificados na última Assembleia, à semelhança do que já aconteceu em assembleias anteriores. Na certeza de que a gestão destes momentos menos tranquilos não é de todo fácil, o Dr. Augusto tem-se mostrado muito determinado e à altura do cargo que ocupa. Infelizmente surgiram na passada Assembleia situações mais problemáticas e de difícil gestão, o que só poderemos entender e justificar devido ao período de confinamento a que todos fomos sujeitos, devido ao qual as pessoas poderão manifestar maior nervosismo e ansiedade. Temos, todavia, a certeza de que a retoma gradual de alguma normalidade, ou da normalidade possível, com todos os devidos cuidados, trará novamente a vontade de uma convivência pacífica e um diálogo saudável, no sentido de se alcançar o objetivo que, todos nós, independentemente da cor partidária, pretendemos, que passa pela resolução de várias questões, às quais o nosso Município tem que dar resposta para um maior progresso da nossa terra.*-----

----- *Esse caminho já está a ser percorrido com grande dinamismo e determinação por este Executivo e, reconhecidamente por este Presidente a quem desejamos, força, coragem e entusiasmo pra prosseguir um trabalho e uma ação, nunca antes observada no nosso território concelhio.*-----

----- *Fica aqui, uma vez mais, o nosso agrado e a nossa satisfação com este ritmo de trabalho que foi preconizado no manifesto eleitoral da nossa candidatura e que está a ser cabalmente cumprido.*-----

Um bem-haja senhor Presidente.-----

-- Fim da transcrição e intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro.-----

----- Sobre esta última intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para agradecer as palavras da senhora deputada Isménia Loureiro e a posição do Partido Social Democrata.-----

----- Prosseguindo a sessão, usou da palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que depois dos cumprimentos iniciais a todos os presentes, se dirigiu aos eleitos nesta assembleia municipal. Na última reunião disseram aqui que o presidente da câmara era um convidado, mas na verdade ele tem que estar aqui, pois ele é cita-se “ o primeiro ministro de Terras de Bouro e sabe como ninguém tudo o que se passa”, fim de citação, não necessitando de pedir autorização para falar. Continuando, afirmou que tanto os eleitos de hoje, como os próximos candidatos vão ter muitas dificuldades para fazer um programa, dizendo também e cita-se” que vão ter que ir a Marte arranjar um candidato”, fim de citação. O senhor deputado referiu-se de seguida às vezes que já votou projectos como o Parque da Vila, a estrada da Ermida, o acesso a Adropeixe, a Raia Termal, a renovação do parque automóvel, entre outros, situações que agora sempre vão acontecer. Os eleitos que estão aqui, prosseguiu, “atiram-se ao presidente da assembleia municipal” mas ele não está por dentro dos assuntos, o presidente da câmara municipal é que sabe, o presidente da assembleia não sabe responder porque não sabe o que se passa, nem tem que saber, sublinhou o senhor deputado. As coisas aparecem e estão a fazer-se e há problemas para arranjar candidatos, afirmando também que os caminhos para Adropeixe ao fim de um mandato estão pagos e o parque automóvel renovado. Continuou o senhor deputado dizendo que as coisas estão a ser feitas e vão continuar a ser feitas. O senhor Presidente da Assembleia Municipal não tem que se desculpar porque não tem conhecimento, está apenas e cita-se” a levar por tabela”, fim de citação e as pessoas tem que se convencer que as coisas mudaram. Antes de finalizar a sua intervenção, o senhor deputado referiu-se ainda ao bom trabalho

desenvolvido pelos sapadores florestais.-----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, o senhor Presidente da Assembleia Municipal usou de seguida da palavra para explicar a obrigatoriedade da presença do senhor Presidente da Câmara Municipal segundo o que diz a lei do Regimento, sendo que, para intervir ou até para intervenções dos senhores vereadores é necessária a autorização do presidente da assembleia municipal.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Deputado Filipe Mota Pires que, depois de cumprimentar todos os presentes, começou por se referir às palavras do senhor deputado Alexandre Pereira e disse que este deputado, que nunca será líder da oposição, não sabe nem leu o regimento, defendendo desta forma e cita-se “uma assembleia ad hoc”, fim de citação. Mais afirmou que as observações feitas pelo senhor deputado Alexandre Pereira não lhe ficam bem, sendo extraordinário que um elemento da oposição apouque a própria oposição, misturando tudo. Sublinhou o senhor deputado Filipe Mota Pires que o concelho continua a ter problemas e o papel da oposição é o de ajudar e esclarecer os assuntos, sendo a posição do senhor deputado Alexandre Pereira, repetiu, de apoucar a oposição, extraordinária. Mais afirmou que o deputado da *CDU*, com esta posição, também apouca os cerca de setenta por cento da população de Terras de Bouro que não votaram neste executivo, sublinhando a infelicidade da intervenção do senhor Deputado Alexandre Pereira. Prosseguindo a sua intervenção, o senhor Deputado Filipe Mota Pires referiu-se a seguir à reabertura da actividade presencial na extensão do Centro de Saúde em Rio Caldo, pois a *DGS* já delineou normas para retomar o atendimento. O vale do Cávado está um pouco a descoberto, sublinhou o senhor deputado, há já indicações para reabrir, mas a verdade é que a extensão continua encerrada, alertou novamente. Mais informou que já encaminhou um email ao Diretor do *ACES* a questionar a data da abertura daquela estrutura, colocando também a mesma questão hoje aqui. De seguida, o senhor deputado abordou a questão da abertura das termas no concelho e para quando está prevista essa mesma abertura, situação que está a gerar grande preocupação, alertou o senhor deputado Filipe Mota Pires, que deu o exemplo das Termas de Chaves que já abriram seguindo as orientações da *DGS*. É muito importante para todo o concelho que esta situação se resolva o mais rápido possível, porque estão em causa centenas de empregos, alertou também. Será a abertura a um de julho, perguntou, demonstrando o seu espanto e

surpresa pelo que se está a passar, afirmando também não se perceber porque é que os operadores não têm conhecimento da data de abertura, é realmente incompreensível e tem que se tomar medidas, frisou o senhor deputado Filipe Mota Pires. Continuando e já no campo da Educação, o senhor deputado apelou ao Executivo como seria importante que o *ATL* funcionasse o mais amplamente para que chegasse a todas as crianças. Como as viaturas municipais estiveram paradas, podíamos agora criar um circuito pelo concelho para que todas as crianças, até pelo confinamento que também sofreram, pudessem frequentar este serviço educacional, reforçando o seu apelo e de como seria merecida esta cobertura a todas as crianças, após este período muito difícil. Terminou, nesta fase, o senhor Deputado Filipe Pires, referindo-se ao Gabinete Municipal de Apoio ao Agricultor, demonstrando o seu receio pela agricultura biológica e fazendo também um apelo para que seja revista a taxa que os agricultores pagam. Finalizou, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a contratação, na área da agricultura, de um “recibo verde” com um contrato a sessenta dias e respectivos valores envolvidos.-----

---- Logo depois assumiu a palavra o senhor deputado Ricardo Gonçalves que, após cumprimentar todos os presentes, abordou em primeiro lugar a intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro, lamentando o teor da mesma, pois o senhor Presidente da Assembleia Municipal está muito fragilizado, mais parecia uma intervenção de advogada, salientou o senhor deputado. Mais frisou que a assembleia municipal é um órgão vivo e não se entende a necessidade deste apoio nem as referências ao presidente da câmara municipal, pois este vem aqui prestar contas, não manda na assembleia municipal, sublinhando a importância da separação de poderes e de como qualquer um tem que ter autorização para falar. Na última sessão, o presidente da câmara falou durante uma hora e meia, esvaziando dessa forma os assuntos seguintes, será uma estratégia, afirmou o senhor deputado, reafirmando também a ideia de assim se esvaziar o debate. Relativamente à afirmação da senhora deputada sobre o confinamento, este estado não fez mal, a assembleia municipal é que está a tentar confinar a oposição. Já relativamente à intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, mais parece um porta-voz da câmara municipal. Também este último votou o projeto da Curva do Eiras e outros que continuam por fazer, sublinhou o senhor deputado, para imediatamente referir promessas não cumpridas, como a anunciada criação dos quatrocentos postos de trabalho, parecendo que dos direitos dos trabalhadores o senhor deputado Alexandre Pereira já não quer saber. Há obras que agora se fazem, que já deviam ter sido feitas há mais de vinte anos, afirmou

o senhor Deputado Ricardo Gonçalves, porque no presente, se calhar, já nem fazem falta. O senhor Alexandre Pereira parece que ainda está na fase da União Soviética e o *PCP* parece mais uma máquina de propaganda, sendo que, do que interessa o deputado da *CDU* não falou, termos ou postos de trabalho, sobre isso, zero, sublinhou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves. O deputado da *CDU* só se preocupou em agradar à câmara municipal e assim sendo, é oficial, em Terras de Bouro há uma aliança entre o *PSD* e a *CDU*, frisou. Finalizando e sobre as termos, o senhor Deputado Ricardo Gonçalves lembrou ainda o seu contributo sobre esta matéria quando trouxe ao concelho o então Director Geral da Saúde, Dr. Francisco George.-----

----- Sobre esta última intervenção, pediu a palavra o senhor Deputado Alexandre Pereira para dizer que as opiniões do deputado Ricardo Gonçalves não são corretas, aliás muitas das situações foram até aprovadas também pelo próprio deputado Ricardo Gonçalves. Mais lembrou o senhor deputado da *CDU* que o deputado Ricardo Gonçalves foi o único deputado na Assembleia da República que votou contra o Voto de Pesar pelo falecimento do líder da *CDU*, Álvaro Cunhal e já votou a favor do Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego Melo.-----

----- Após estas intervenções, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara, não sem antes dirigir uma saudação extensiva a todos os presentes. -----

----- Começando por se referir à intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro, o Senhor Presidente agradeceu as palavras, lembrando que o Executivo tem cinco elementos e que, realmente, a dinâmica tem sido muita, realçando também o trabalho do Vice-Presidente, Dr. Adelino Cunha e da Vereadora Dr.^a Ana Genoveva que, como sabem, veio da lista dos independentes e que, com maioria, permite desenvolver um melhor trabalho, porque o que interessa e o que nos preocupa é Terras de Bouro, sublinhou o senhor Presidente da Câmara Municipal. Também ao senhor Deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente agradeceu as palavras, pois outros teriam vontade de fazer mais, mas não podem, já que estiveram na câmara municipal oito anos e nada fizeram, frisou. A audácia que existe agora, não existia certamente antes, afirmou o senhor Presidente da Câmara Municipal que também disse que no presente há vontade de concretizar e realizar as oportunidades. Terras de Bouro não terá os seus problemas todos resolvidos, mas faremos o nosso melhor, afirmou também. Já sobre a intervenção do senhor Deputado Filipe Mota Pires, Terras de Bouro terá sempre dinamismo, embora sem

ideias da bancada do PS, pois o Partido Socialista não apresentou em dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte e qualquer proposta para inclusão nas grandes opções do plano, ao contrário do Movimento Independente. Sobre a reabertura da extensão do Centro de Saúde em Rio Caldo, decorrerá a 1 de julho e sobre isso os vereadores já foram informados, decorrendo daqui que não há comunicação do Vereador do PS com a bancada socialista da assembleia municipal. Ainda sobre este assunto, a escola primária de Rio Caldo será requalificada para apoio à extensão do centro de saúde local. Relativamente ao assunto das termas, o Senhor Presidente comunicou o seguinte: a responsabilidade da situação é da empresa Águas do Gerês e das declarações da Dr.^a Rosário Van Zeller. Como sabem, as termas tiveram um problema o ano passado e foram realizadas intervenções necessárias ao seu bom funcionamento. Foi também constituído um grupo de trabalho, convidado pela Dr.^a Rosário Van Zeller, que informou os hoteleiros sobre a situação, pois a COVID19 veio alterar o que estava previsto. Em breve será realizada uma reunião em Lisboa ou por videoconferência com a entidade responsável para solicitar a reabertura o mais rápido possível, pois os hoteleiros precisam de ter esta informação devido às reservas, informou também o Senhor Presidente. Cumprindo as directrizes da DGS, continuou o Senhor Presidente, irão abrir todos os serviços: a buvete, os balneários, isto se se confirmarem as condições necessárias e aí a concessionária também terá uma palavra a dizer. Todos sabemos que a vila do Gerês em particular e o concelho, na generalidade, estão a sofrer muito com esta situação. As termas são seculares, sublinhou o Senhor Presidente e é preciso ajudar, até porque a concessão foi renovada por noventa anos, é preciso criar um processo dinâmico com a concessionária e defender os interesses de Terras de Bouro, estando em causa, verdadeiramente a união para resolver este problema, finalizou sobre este assunto o Senhor Presidente. De seguida, mas já sobre o assunto "ATL" o Senhor Presidente comunicou a intenção de criar todas as condições para as crianças se inscreverem, sendo que, a questão dos transportes está a ser avaliada, tendo em conta os dois terços de ocupação e o plano de actividades. Já no que concerne ao tema "agricultura", o Senhor Presidente informou que a intenção de se criar uma taxa foi a de efetuar um pagamento por serviços prestados e não esqueçamos que no caso do pequeno agricultor, este vai ter também um apoio que nunca teve na candidatura, pelo que paga e pelo que recebe, ainda fica a ganhar, sublinhando também que tal não é populismo, pois até constava do programa eleitoral do PSD, não se enganou ninguém, frisou o Senhor Presidente. As receitas de tal medida são para fazer frente às despesas, elogiando ao mesmo tempo a faceta trabalhadora dos agricultores

de Terras de Bouro que ajudam muito o concelho. De seguida, o Senhor Presidente explicou os contornos do contrato com a Eng^a Sílvia Ramos, nomeadamente, os sessenta dias do projeto de valorização dos produtos locais e toda a sua atividade, frisando e concluindo o Senhor Presidente que se a verba destinada a este mesmo projeto não for utilizada, terá que ser devolvida. -----

---- Ainda neste período, a senhora Deputada Isménia Loureiro solicitou novamente a palavra para responder à intervenção do senhor Deputado Ricardo Gonçalves, dizendo que esta assembleia municipal merece mais dignidade, pois apenas usou da palavra para demonstrar o seu reconhecimento ao presidente da assembleia municipal. Esta assembleia merece intervenções mais dignas e plausíveis, concluiu a senhora Deputada Isménia Loureiro.-----

---- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, sem que tenha existido qualquer solicitação para o efeito.-----

----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de seguida nos pontos da Ordem de Trabalhos, que foram os seguintes: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;**-----
- 2. Análise e conhecimento da Declaração de Compromissos Plurianuais, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**-----
- 3. Análise e conhecimento da Declaração de Pagamentos em Atraso, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**-----
- 4. Análise e conhecimento da Declaração de Recebimentos em Atraso, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**-----
- 5. Análise e conhecimento do Relatório Semestral da Sociedade de Revisores de Contas do Município;**-----
- 6. Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição – dois mil e dezanove;**-----
- 7. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezanove;**-----
- 8. Análise e conhecimento da Certificação Legal das Contas bem como do Relatório e**

Parecer do Auditor Externo – exercício de dois mil e dezanove;-----

9. Análise e votação da Segunda Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte;-----

10. Análise e votação da autorização de contratação de empréstimos ao abrigo da Linha BEI PT Autarquias dois mil e vinte.-----

----- Neste período inicial da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o valor da receita cobrada em operações orçamentais até ao dia dezassete de junho que era de quatro milhões oitocentos e sessenta e nove mil setecentos e cinquenta e oito euros e trinta cêntimos e sobre o valor da despesa, também em operações orçamentais, o valor era de três milhões oitocentos e oitenta e oito mil quinhentos e setenta e três euros e setenta e quatro cêntimos. Continuado, o Senhor Presidente da Câmara informou ainda e relativamente às atividades do Município o seguinte: apresentou o relatório da *DPU*, que se apensa a esta reunião, sobre a sua actividade neste período, em número de licenças de construção, utilização e certidões diversas. Sobre a *DOMAS*, de igual forma o Senhor Presidente apresentou também o relatório, que se apensa a esta reunião, dos principais projectos e respectivos pareceres a decorrer, assim como obras em curso, obras concluídas e concursos públicos em curso. Referiu-se ainda: ao Estágio da Equipa Olímpica de Canoagem em Terras de Bouro no dia vinte e nove de maio; à reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, onde para além da aprovação do Plano Operacional Municipal, foi apresentado e aprovado também, o Regimento Interno da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; ao adiamento do evento "Mercado Romano" por força das circunstâncias atuais; a vinte e nove de maio decorreu a reunião do Conselho Local de Ação Social (*CLAS*); a criação do Portal Turístico e à Inspeção de Segurança sobre a Plataforma de Ancoramento e embarcação "Rio Caldo", entre outros.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, ninguém usou da palavra.-----

----- Continuando a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou e explicou a fundamentação legal para a apresentação e conhecimento da Declaração de Compromissos Plurianuais, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, também ninguém usou da palavra.-----

----- A seguir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o terceiro ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentou novamente a necessidade legal de apresentação para conhecimento da Declaração de Pagamentos em Atraso, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

----- De igual forma, ninguém requereu a palavra.-----

----- Prosseguindo a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu a seguir o quarto ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentou também a necessidade legal de apresentação para conhecimento da Declaração de Recebimentos em Atraso, nos termos da lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.---

----- Sobre o quarto ponto, nenhum elemento da assembleia municipal solicitou a palavra.-----

----- De seguida e após a introdução do quinto ponto, o senhor Presidente apresentou para conhecimento o Relatório Semestral da Sociedade de Revisores de Contas do Município.-----

----- Após a apresentação supra, não aconteceram inscrições nem intervenções sobre o quinto ponto.-----

----- Passando ao sexto ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo e o senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentou novamente a necessidade legal de apresentação para conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição – dois mil e dezanove.-----

----- Sobre este ponto, pediu a palavra e interveio a senhora Deputada Eduarda Pereira nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra:-----

----- “Boa Noite,-----

----- Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e Membros de Comunicação Social presentes.-----

----- 6. Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito da Oposição – dois mil e dezanove.-----

----- Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos Terras de Bouro o Nosso Partido destaca que este relatório não teve a participação prévia da nossa parte, enquanto titulares do direito à oposição, ou seja, não foi solicitado que nos pronunciássemos sobre ele previamente à

discussão pública nesta assembleia. Mas confirmamos que, conforme refere o relatório, foi prestada a informação por resposta às questões por nós formuladas nas sessões da Assembleia Municipal passadas o que registamos como ponto positivo. No entanto, existiram algumas situações menos positivas e que consideramos que têm de ser assinaladas. A primeira foi o grande desrespeito pela oposição que houve na Sessão Comemorativa do *25 de Abril* do ano de dois mil e dezanove, com os discursos da oposição a serem relegados para um período após a ordem do dia e já fora da sessão solene, o que foi muito grave. E depois também queríamos referir que o ambiente que por vezes se gera nas Assembleias Municipais, grandes exemplos são a já referida Sessão do *25 de Abril* de dois mil e dezanove e a última sessão da assembleia municipal, fragiliza não só o direito à oposição mas essencialmente transmite uma má imagem para a opinião pública e desprestigia esta Assembleia. Mais especificamente em relação à última sessão da Assembleia Municipal, cujo mau ambiente e mau exemplo verteu inclusive para os meios de comunicação social, apesar de nós particularmente não termos sido “atores” no sucedido também nos incluímos e assumimos a responsabilidade que temos em corretamente desempenharmos as nossas funções enquanto representantes dos terrabourenses centrando-nos em problemas que são do interesse da população. Também por isso preferimos abordar este tema neste ponto da ordem de trabalhos pois concordamos com o que já referiu aqui hoje o Sr. Presidente da Assembleia Municipal quando disse que no período antes da ordem do dia devem ser abordados assuntos do interesse da população de Terras de Bouro e este de fato não é um assunto do interesse da população de Terras de Bouro. Por isso ao contrário de outros membros da assembleia municipal que abordaram este assunto no período antes da ordem do dia fazemo-lo apenas neste momento: considerámos que foi um episódio lamentável, que temos de refletir sobre ele para corrigirmos comportamentos futuros mas este não é um assunto relevante para os interesses de Terras de Bouro. Terras de Bouro o Nosso Partido apesar de por vezes “certas vozes” tentarem transmitir uma ideia errada para o exterior, tem optado uma postura cordial e correta com os demais intervenientes e prosseguido uma estratégia de oposição “positiva” porque consideramos que é o que melhor defende o interesse dos nossos eleitores e por isso, gostaríamos que este órgão na sua e também nossa globalidade refletisse e tentasse corrigir estes comportamentos que em nada honram os valores democráticos e a nossa função enquanto representantes dos terrabourenses.”-----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira.-----

----- Também sobre este ponto pediu a palavra o senhor Deputado Ricardo Gonçalves para

afirmar que faz suas as palavras da senhora Deputada Eduarda Pereira.-----

----- Posteriormente foi apresentado o sétimo ponto e o senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu à apresentação em detalhe dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezanove, nomeadamente, investimentos, despesas, obras, apoios às juntas de freguesia e associações, turismo, cultura, entre outros. O valor total ascendeu aos treze milhões seiscentos e setenta mil euros, com uma taxa de execução de setenta e seis por cento, comunicou o Senhor Presidente que sublinhou também o aumento da capacidade de endividamento e deixou, por último, o seu agradecimento ao Dr. Paulo Antunes e à sua equipa pela elaboração do documento.-----

----- Aberto o período de inscrições sobre este ponto, interveio em primeiro lugar o senhor Deputado Ricardo Gonçalves endereçando, desde logo, os parabéns ao Dr. Paulo Antunes pelo trabalho na elaboração dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezanove. Sobre a prestação de contas, o senhor deputado demonstrou a sua preocupação com as despesas de pessoal e as novas entradas que fazem com que Terras de Bouro tenha uma média de funcionários superior à que se verifica nas autarquias da zona norte e, para além disso, ainda se entrega serviço a recibos verdes, sendo que, estes deviam até ter um contrato diferenciado com outras perspectivas. Foram pagas despesas e indemnizações e agora há novos funcionários, paga-se assim duas vezes, continuando a existir também trabalhadores precários, sublinhou o senhor deputado. Mais afirmou que há escolhas certas para os lugares definidos pelo poder e que as despesas com o pessoal não param de aumentar. O senhor deputado alertou também para o facto de Terras de Bouro perder população de forma preocupante, cerca de mil pessoas a cada dez anos, acabando por só receber dinheiro pela área que tem, o que é realmente muito preocupante. Este presidente da câmara, continuou, faz as obras que já vinham de trás e concretiza-as com dinheiro emprestado, não existindo por isso mudanças significativas nem a curto, nem a médio prazo. Não há também preocupação pelo presente e pela crise que atravessamos. Veja-se o que o Governo fez, arranjou um consultor externo para apresentar propostas concretas para resolver os problemas do país e em Terras de Bouro, para o ano acaba a legislatura e não forma criados os prometidos quatrocentos postos de trabalho, ora a culpa não é só da COVIDD19, frisou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves. O que é realmente necessário continuou, é fazer mais do que o óbvio e não apenas investir onde se pode recolher

mais votos e apoiantes, dizendo e concluindo o senhor deputado que importa pensar na pós-pandemia, pois Terras de Bouro precisará dos investimentos que vêm de fora para recuperar o atraso que já vem de trás.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Manuel Sousa, nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra:-----

----- “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

----- Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

----- Caros Deputados Municipais,-----

----- Público presente,-----

----- O presente relatório de Prestação de Conta de dois mil e dezanove inicia com um vasto número de atividades referentes à área de Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território. Tendo em conta o tipo de intervenções mencionadas, acredito que algumas estivessem a cargo das juntas de freguesia e, se assim for, não teriam de constar no presente relatório. Se dois mil e dezanove foi um ano de muitas pavimentações e reabilitação de alguns reservatórios de água, consideramos importante lembrar a necessidade de continuar o investimento na rede de distribuição de água e saneamento básico como sendo uma prioridade, para aumento da sua eficiência e que justifique o aumento dos preços. Concordamos com a existência de um programa de apoios sociais aos mais carenciados e desprotegidos do nosso município, desde que, com claros critérios de avaliação; tendo em conta que este ano e o próximo, a crise económica agrave ainda mais as condições económicas de muitos em situação vulnerável. A destacar o normal cumprimento dos pagamentos dos encargos financeiros, que se vem registando progressivamente ao longo dos anos e que contribuem para a diminuição do passivo financeiro. Em relação ao investimento efetuado em viaturas, no valor de cento e cinquenta e quatro mil cento e dezoito euros gostaríamos de perceber quais as aquisições feitas e prioridades assumidas, tendo em conta a preocupação manifestada no passado com o estado de degradação de inúmeras viaturas ao serviço do pessoal operacional e que colocavam em causa a própria segurança. Em análise às dívidas de terceiros identificamos um aumento considerável, de sessenta e três mil trezentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos de dois mil e dezoito, para cento e doze mil setecentos e catorze euros vinte e dois cêntimos, em dois mil e dezanove. De salientar também que cinquenta e três mil cinquenta euros e vinte e um cêntimos estão alocados à rubrica “Clientes, contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa”, ou seja, receita que os cofres do município provavelmente não irão receber por eventual prescrição e

que merece o nosso reparo. Em termos globais, verificamos que a taxa de execução da receita ficou apenas nos setenta e seis vírgula dois por cento, abaixo dos oitenta e oito vírgula um por cento de dois mil e dezoito, e uma taxa de execução da despesa que ficou apenas nos setenta e cinco por cento, abaixo dos oitenta e cinco vírgula três por cento de dois mil e dezoito. Traduzindo estas percentagens em valores, as contas demonstram que para um orçamento de treze milhões seiscentos e setenta e três mil trezentos e setenta e oito euros, a execução foi de dez milhões quatrocentos e dezoito mil quinhentos e noventa e três euros e seis cêntimos, uma diferença de três milhões duzentos e cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos. Por muito que se pretenda enaltecer um orçamento arrojado voltado para o investimento, a execução prova que é na mesma linha do que acontece em anos anteriores. Registou-se um superavit corrente de oitocentos e quarenta e seis mil seiscentos e oitenta e sete euros, quando calculada a diferença entre receita corrente e a despesa corrente e amortização de empréstimos; no entanto, o exercício de dois mil e dezanove resultou num saldo negativo de duzentos e cinquenta e oito mil novecentos e noventa e oito euros e um cêntimo, ou seja, para além de negativo é uma diferença de quinhentos e cinco mil novecentos e trinta e oito euros e quarenta e seis cêntimos em relação a dois mil e dezoito. A análise que aqui apresentamos, ainda que superficial, não deixa margem para dúvidas; os números são claros e demonstram o que já havíamos referido, nesta assembleia, por várias vezes, sobre as dúvidas em relação à execução do que nos foi apresentado, em dois mil e dezoito, aquando da apresentação e votação do orçamento para dois mil e dezanove. Tal como referido aqui, hoje, há propostas que foram votadas sucessivamente, orçamento após orçamento e que naturalmente estão em execução, e ainda bem, reconheceremos quando assim o deve ser. Tal não significa que o trabalho do executivo se esgote ou que os programas eleitorais se tenham esvaziado de ideias e propostas para o futuro. Ainda há muito para fazer pelo desenvolvimento do nosso concelho, haja ideias para o desenvolvimento e projetos de valor, que permitam até o recurso a fundos comunitários e linhas de investimento, tendo o endividamento controlado. O nosso reconhecimento ao trabalho da Divisão Administrativa e Financeira pelo trabalho apresentado.”-----

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Ainda sobre o sétimo ponto interveio a senhora deputada Isménia Loureiro nos moldes que



também se transcrevem agora na íntegra:-----

----- “Pela leitura atenta dos documentos de prestação de contas relativos a dois mil e dezanove verifica-se que este Executivo está a seguir o roteiro preconizado e apresentado aos terrabourenses, pelo qual se propunha fazer mais e fazer melhor sem pôr em causa a sustentabilidade financeira do Município.-----

----- Senão vejamos:-----

----- Estão hoje no terreno e a ser executadas onze empreitadas da maior importância para a afirmação do desenvolvimento do Concelho e consolidação infraestrutural do nosso território.--

----- Desde logo, o Parque Verde Urbano de Moimenta que trará uma outra dignidade à entrada da sede do Município, implantado numa zona ribeirinha e que se constituirá num atrativo para visitaçã e laser.-----

----- Prometeu-se e está-se a cumprir.-----

----- Também a construção do Açude no Rio Homem, está em curso, vindo a criar uma represa que, para além de poder responder ao abastecimento de água aos meios de combate a eventuais incêndios, integrará o roteiro turístico do Rio Homem que tem continuidade numa outra obra, já em curso, denominada Ecovia do Homem. São mais duas promessas que estão a ser cumpridas. Esta Ecovia que se desenvolve nas margens do rio Homem possibilitará um passeio maravilhoso, onde um cenário cénico-paisagístico ficará à disposição dos amantes da natureza. No vale do Cávado a primeira fase do Passeio Pedonal desde a praia do Alqueirão até ao lugar do Bairro será iniciada brevemente. Outra promessa que irá ser cumprida.-----

----- Mas também as obras do projeto Raia Termal no Gerês que integram o aproveitamento do rio, várias intervenções na avenida principal da Vila e o jardim do Banco do Ramalho na Assureira, já estão em curso. Também aqui se prometeu e está a ser cumprido. O canil municipal é outra obra que está em execução. Promessa antiga, que este executivo também assumiu e está a cumprir. E poderia continuar a falar em tantas outras obras nas áreas, por exemplo, das acessibilidades, do abastecimento de água, do saneamento. Porém, o que aqui importa realçar é que, apesar deste volume de encargos financeiros que já leva algumas “aves agoireiras” a afirmar que a Câmara está falida, pelo contrário, através do documento que nos foi apresentado, em que se reflete a gestão financeira do Município é possível concluir que os dinheiros municipais, estão a ser bem aproveitados e até a haver algum milagre da “multiplicação dos pães” por se estar a fazer tanta obra com os mesmos recursos financeiros de orçamentos anteriores. E a prova disso mesmo é que, numa lógica de contas certas, os

fornecedores estão a ser pagos num prazo de nove dias, as dívidas estão controladas e em franca regressão, a situação financeira é sustentável e apresenta uma boa liquidez. Assim sendo, a bancada do *PSD* manifesta o seu apoio incondicional ao Executivo e vai votar favoravelmente os documentos de prestação de contas relativos a dois mil e dezanove.”-----

----- Fim da transcrição da intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro.-----

----- Logo a seguir o Senhor Presidente retomou o uso da palavra para mais um período de respostas aos senhores deputados à às palavras do senhor Deputado Manuel Sousa respondeu que realmente há actividades articuladas com as juntas de freguesia e se os problemas existem são para se resolver. Mais afirmou o Senhor Presidente que em dois anos o município gastou cerca de duzentos mil euros em reparação de viaturas e agora em dois mil e vinte com a renovação do parque automóvel, os valores serão, seguramente, mais baixos. Temos que perceber as necessidades das viaturas para o trabalho do dia-a-dia e isto reflecte-se, sem dúvida, na capacidade de trabalho dos funcionários, que aumenta, sublinhou o senhor Presidente da Câmara Municipal, que também informou que dos cerca de dois milhões e quinhentos mil euros de empréstimos, só usamos duzentos e quarenta e um mil. Para além das despesas, demonstramos igualmente uma boa capacidade de recolher receita, demorando algum tempo para que as pessoas percebam que todos têm de pagar. O Senhor Presidente explicou o superavit existente com a conclusão de obras e disponibilidade de reembolsos de verbas de fundos comunitários, sublinhado que não existe nenhum calendário eleitoral, temos é que aproveitar no tempo as ferramentas disponíveis, reiterou também. Já à intervenção da bancada social-democrata, agradeceu a mesma, na certeza de que tudo faremos para ser uma câmara municipal com as contas certas. As obras irão continuar em função das necessidades e dos investimentos que temos em mente, assim como dos projectos. Continuando, referiu-se à boa iniciativa do Ministério do Ambiente ao criar essa estrutura que é o Fundo Ambiental, projeto que permite uma maior celeridade na resolução das questões que surgem no território. O Senhor Presidente comunicou também a sua intenção de solicitar em breve à senhora Ministra da Coesão Territorial esclarecimentos sobre os temas: água, saneamento, acessibilidades e comunicação digital no concelho de Terras de Bouro. Tal situação também decorre do facto, informou, de as verbas destinadas ao processo de remoção do amianto nas escolas, não ter expressão e logo aplicação no nosso território. O Senhor Presidente prestou esclarecimentos

sobre o processo da *ETAR* de Souto e quanto à questão dos quatrocentos postos de trabalho, também é verdade que ainda não chegamos ao fim do mandato. Há aspectos do nosso concelho que condicionam investimentos e logo criação de postos de trabalho, como o *POAC* que, na zona de Rio Caldo, por exemplo, é um entrave, mas também a própria questão do adiamento da revisão do *PDM* para dois mil e vinte e um. De seguida, o Senhor Presidente referiu-se ainda para concluir neste ponto: ao anúncio oficial para breve do modelo de co-gestão do *PNPG* pelos cinco municípios que integram o parque; justificou o aumento das despesas com o pessoal pelas entradas dos precários e pelo descongelamento das carreiras e já para as *GOP* dois mil e vinte e um anunciou mais contratos para o quadro tendo em vista um melhor funcionamento de estruturas municipais como a Marina e a Casa dos Bernardos.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao Dr. Paulo Antunes, Chefe da *UAGF* do município que prestou os devidos esclarecimentos técnicos sobre a elaboração dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e dezanove.-----

----- Após este momento, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o sétimo ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com nove abstenções, cinco dos deputados do Movimento Independente “Terras de Bouro é o Nosso Partido” e quatro dos deputados do Partido Socialista.-----

----- Passando ao oitavo ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou, na generalidade e para conhecimento da assembleia municipal a Certificação Legal das Contas bem como do Relatório e Parecer do Auditor Externo – exercício de dois mil e dezanove.-----

----- Sem intervenções sobre este ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu logo depois a nono ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou o reforço das verbas e respectivos projectos que originam a apresentação para apreciação e votação desta segunda Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte.-----

----- Como também não se registou qualquer intervenção, a mesma foi imediatamente colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- Por último foi apresentado o décimo ponto da ordem de trabalhos. Sobre o mesmo o senhor Presidente da Câmara Municipal informou a necessidade de análise e votação da autorização de contratação de empréstimos ao abrigo da Linha *BEI PT* Autarquias dois mil e vinte, dadas as candidaturas submetidas neste âmbito e face ao financiamento de projectos

como o do “Bairro da EDP” em Paradelas de Valdosende.-----

----- Sobre esta Proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou e justificou seguidamente a necessidade de apresentação para aprovação por esta assembleia deste documento:-----

---- “Nos termos do Despacho n.º 6200/2018, de 26-06-2018, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, o Estado Português celebrou com o BEI – Banco Europeu de Investimento – um empréstimo quadro (EQ) no valor de 750.000.000 €, o qual se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020.-----

----- São beneficiários desta linha de crédito - 2ª fase com 250.000.000€ - as Autarquias Locais e suas Associações, Entidades Intermunicipais e Empresas do Setor Local.-----

----- O Município de Terras de Bouro tem investimentos aprovados conforme mapa anexo, dos quais alguns em curso, outros em vias de serem lançados os respetivos procedimentos concursais, todos eles enquadráveis na obtenção desta linha de financiamento, o que virá a libertar em grande medida algum défice orçamental e de tesouraria. -----

----- Para esta linha de crédito do BEI o plano de reembolso do financiamento é o seguinte:-----

----- •Período de carência de 2 anos, a contar da data da primeira utilização;-----

----- •Período de reembolso de 13 anos;-----

----- •Período total de 15 anos.-----

----- •Em casos devidamente justificados, em função da tipologia do projeto, da sua dimensão financeira ou do respetivo prazo de execução, o prazo total do empréstimo pode ser fixado até 20 anos.-----

----- Tal como previsto na Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2018 (art.º 302.º), estes empréstimos não são considerados para efeitos de apuramento da dívida total:-----

----- a) “O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia”.-----

----- Nos termos do artigo 125.º, da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2020, “na contração de empréstimos pelos municípios para

financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através do empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI), é dispensada a consulta a três instituições autorizadas por lei a conceder crédito que se encontra prevista no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua redação atual.”-----

----- Nestes termos proponho ao Executivo que delibere no sentido de vir a solicitar à Assembleia Municipal autorização para a contratação de empréstimos ao abrigo da linha *BEI PT* dois mil e vinte - Autarquias, com condições mais favoráveis e potenciador da aceleração da execução dos *FEEI* (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento), no valor total de um milhão cento e cinquenta e quatro mil trezentos e oitenta e oito euros e trinta e dois cêntimos, se efetivamente todas estas candidaturas, vierem a obter parecer favorável ao financiamento por parte da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. Terras de Bouro, em dezanove de junho de dois mil e vinte.-----

----- Abertas as inscrições, interveio em primeiro lugar a senhora deputada Isménia Loureiro, segundo intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

----- “Relativamente a este ponto, cabe-me dizer que nem sempre as autarquias têm a capacidade financeira para abarcar com todas as despesas que, numa perspetiva de investimento são, absolutamente, necessárias assumir. E este investimento pode não revestir uma condição de retorno efetivo, em termos de arrecadação de receita, mas ter esse retorno, ao criar melhores condições de vida aos munícipes, às famílias ou a grupos populacionais diferenciados. O Executivo coloca à aprovação desta Assembleia a necessidade de recorrer à contratação de um empréstimo ao abrigo da linha *BEI Portugal* dois mil e vinte no valor de, aproximadamente, um milhão e cento e cinquenta mil euros tendo como finalidade:-----

----- 1- Requalificar arruamentos do Bairro da *EDP* em Paradela, freguesia de Valdosende.-----

----- 2 - Construir a segunda fase da rede pedonal estruturante e acessível desde o lugar do Bairro, Vilar da Veiga, até ao Gerês.-----

----- 3 - Construir o Centro Literário do Gerês.-----

----- 4 - Criação de uma Sala Polivalente Municipal.-----

----- 5 - Dar corpo a um Centro Municipal de Proteção Civil.-----

----- 6 - Dotar o Museu de Vilarinho da Furna de uma melhor eficiência Energética.-----

----- 7 - Idem para o Centro Cultural de Terras de Bouro.-----

----- Este empréstimo não interfere no grau de endividamento do Município, sendo certo que esse grau de endividamento está controlado e muito longe do seu limite máximo. Além do mais, sabemos que este empréstimo até poderá não ser necessário utilizar, se entretanto forem encontradas e concedidas outras fontes de financiamento. Mas é preciso acautelar o encargo, o que, manifestamente está provado pela transparência das contas e pela vontade bem sustentada que este executivo tem, em construir o futuro. E isso é louvável. Por isso e porque as provas que nos são dadas de uma gestão correta, estão à vista, a bancada do *PSD* vai aprovar a contratação deste empréstimo.”-----

----- Fim da transcrição da intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro.-----

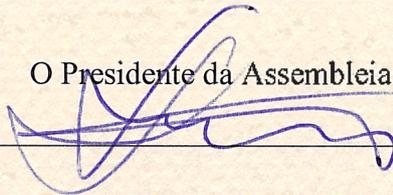
----- Logo depois solicitou igualmente a palavra o senhor deputado Filipe Mota Pires que começou por frisar que se ira referir a este ponto com uma Declaração de Voto. Assim, o senhor deputado começou por dizer que o Executivo Municipal anterior investiu muito em viaturas. Em dois mil e nove, quando o Partido Socialista assumiu a câmara municipal, algumas viaturas deviam já estar num museu, dado o seu estado e foi um facto que se compraram viaturas Mercedes para ir buscar crianças a todo o lado no concelho. Não esqueçamos que as reparações e as viaturas a gasolina gastam muito e é da mais elementar justiça referir os investimentos que o executivo anterior fez nesta matéria, sublinhou o senhor deputado. O Partido Socialista irá votar favoravelmente este empréstimo porque sempre pugnou pela melhoria da qualidade de vida dos terrabourenses, reiterou o senhor deputado, que afirmou também ser importante fazer este esclarecimento para prestar a melhor informação sobre as votações nesta assembleia, pois para bem do concelho o executivo contará connosco, finalizou o senhor deputado Filipe Mota Pires.-----

----- Ainda sobre este ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para referir que para além do investimento realizado até aqui no parque automóvel, serão adquiridas mais duas ou três carrinhas, pois este processo é dinâmico e resulta das necessidades que vão surgindo. No que diz respeito a transportes, há hipótese de criar novas linhas e melhores condições para os alunos, finalizou o Senhor Presidente.-----

----- Imediatamente a seguir foi colocada à votação a autorização de contratação de empréstimos ao abrigo da Linha *BEI PT* Autarquias dois mil e vinte, sendo a mesma aprovada por unanimidade.-----

----- Sendo zero horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, depois de agradecer à senhora Deputada Isménia Loureiro a sua presença na Mesa da Assembleia na sessão de hoje, desejou as maiores felicidades a todos e umas boas férias, dando por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal

